



Bahia que Faz

A estratégia Bahia que Faz traduz o propósito que norteará as políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento da Bahia no período 2004-2007: um Estado dinâmico, com uma economia eficiente e diversificada, capaz de irradiar benefícios na esfera social, num contexto em que toda a sociedade se encontre integrada ao processo econômico.

Esse cenário pressupõe a atuação do poder público, no pleno exercício do seu papel de articulador de ações, com vistas a assegurar a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de vantagens competitivas por parte das empresas, assim como a elevação dos níveis de desenvolvimento humano da população.

A atuação governamental, nesse novo estágio, revela-se essencial para a consolidação de conquistas incorporadas no período recente, a exemplo das ações direcionadas ao adensamento, diversificação e interiorização do processo produtivo, e os investimentos feitos na qualificação da mão-de-obra e no desenvolvimento tecnológico.

Para avançar nessas conquistas, o Estado intensificará os esforços na superação dos desafios relacionados ao baixo nível de internacionalização e de integração da estrutura industrial, à inexistência de uma rede de micro e pequenas empresas de base tecnológica e à manutenção de uma parte substancial do seu território à margem do processo de modernização.

A estratégia contará, para a sua viabilização, com recursos da ordem de R\$10,3 bilhões, dos quais 31,6 %, ou R\$ 3,3 bilhões, de recursos próprios do orçamento estadual.

Os recursos estão alocados em quatro linhas de intervenção: Internacionalização da Bahia, Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico, Inclusão Socioeconômica e Atração e Fomento Empresarial.

Internacionalização da Bahia – A inserção da Bahia nos fluxos internacionais de comércio configura requisito fundamental para o aumento da competitividade da economia estadual. Nesse sentido, os esforços governamentais se concentrarão na dinamização do comércio exterior, através da diversificação da pauta e do perfil das empresas exportadoras, avanços que impactarão positivamente nos níveis de emprego e renda e na base estadual de arrecadação. Para essa linha de intervenção, o Governo destinou R\$ 248,2 milhões, totalmente financiados por recursos do seu próprio orçamento.

É consensual o reconhecimento da necessidade de intensificar os fluxos de bens e serviços no Estado, paralelamente ao fortalecimento das empresas e produtos locais. Por essa razão, o Governo implantará o Programa de Fluxo de Bens e Serviços e Fortalecimento de Empresas e Produtos empenhado na criação de políticas específicas e na execução de estudos, visando o aporte de infra-estrutura, assim como o apoio a iniciativas voltadas para o incremento da capacitação empresarial, especialmente no campo da comercialização.

O setor turístico, nesse Programa, tem como foco o monitoramento do fluxo através do plano de *marketing*, da consolidação de um *cluster* de entretenimento e da promoção de eventos turísticos.

Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico – A concentração na produção de bens intermediários permanece como uma característica da indústria baiana, a despeito das transformações registradas na década de 90. Outros segmentos, como a agricultura e a pecuária, também exibem uma pauta concentrada em alguns produtos importantes. Essa realidade torna imperativa a necessidade de diversificar e dinamizar a base produtiva da economia baiana, como condição para a sua maior inserção competitiva.



Nesse sentido, a política governamental, nos próximos quatro anos, buscará estimular o adensamento da matriz econômica, mediante a potencialização de vertentes ainda marcadas pela possibilidade de maior exploração, notadamente a agregação de valor aos bens intermediários produzidos no Estado.

No âmbito desta vertente, enquadram-se o processamento interno de *commodities* industriais e produtos minerais, além de produtos primários, que são exportados majoritariamente *in natura*. O apoio governamental contemplará, igualmente, o desenvolvimento dos segmentos fornecedores de insumos àqueles setores da economia estadual responsáveis pela produção de bens de consumo final, visando adensar cadeias produtivas.

O total de recursos destinados a essa Linha de Intervenção é da ordem de R\$ 6 bilhões, correspondendo a 22,9% do total de recursos do PPA. Deste valor, R\$ 924 milhões são provenientes de recursos orçamentários e R\$ 5,1 bilhões de recursos extra-orçamentários.

O incentivo à agregação local de valor na cadeia produtiva tem como propósito inserir a Bahia num novo patamar de competitividade, mediante a agregação de valor à produção de bens intermediários, o estímulo à produção de bens finais e a inserção do Estado nos fluxos internacionais de comércio e serviços, com conseqüente elevação dos níveis de lucratividade e a geração de oportunidades de trabalho. Com este objetivo foi criado o Programa Cadeias Produtivas.

Caberá ao poder público liderar iniciativas que resultem na formulação de uma política industrial para o desenvolvimento de bens finais, no fortalecimento tecnológico das cadeias produtivas e dos arranjos produtivos locais, assim como na interiorização dos investimentos industriais, em consonância com a política de desconcentração espacial.

O propósito de estimular a verticalização e o adensamento de cadeias produtivas, entretanto, não se restringe à área industrial, abrangendo também setores de grande potencialidade para o Estado, como mineração, agricultura, pecuária, piscicultura, turismo e outros serviços onde os investimentos deverão resultar em expressiva agregação de valor ao produto estadual.

Destacam-se, nesse aspecto, a implantação de novas indústrias em distritos industriais, nos segmentos moveleiro, calçadista e náutico. Agregam-se a essas iniciativas a capacitação tecnológica de empresários, o apoio a micro e pequenos empreendimentos e eventos capazes de fortalecer o desenvolvimento de novas tecnologias e o espírito empreendedor.

Cabe destacar, ainda, os investimentos previstos para a ampliação de infra-estrutura em distritos e pólos industriais, necessários à implantação de novos empreendimentos, tais como sistema viário interno, abastecimento de água e energia, telecomunicações e galpões, entre outros. Estes esforços criam economias de aglomeração que reforçam a competitividade estadual.

A área mineral, neste Programa, foi contemplada com recursos direcionados para aproveitamento do grande potencial do Estado ainda não suficientemente aproveitados, investindo na interiorização.

Na agricultura, merecerá atenção especial a política voltada para o fortalecimento da lavoura cacaueteira, em ações de pesquisa destinadas ao controle da vassoura-de-bruxa e à expansão da produção agrícola. Na pecuária, será implantado o sistema de produção de forragens, como reserva estratégica de alimento para animais do Semi-árido, através do apoio a oito núcleos de produção. O projeto especial Cabra Forte, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população rural através do estímulo à produção agropecuária, integra as ações relativas à produção de forragens para o Semi-árido. O desenvolvimento da aquicultura se dará na

assistência técnica a 4.800 empreendedores e produtores; na implantação de unidades de beneficiamento de pescado; no apoio à pesca oceânica, com aquisição e modernização de embarcações e construção de unidades de pesca.

O turismo, no âmbito deste Programa, também será incentivado a consolidar as cadeias produtivas dinâmicas, através das dotações para implantação de equipamentos turísticos, em ações a serem desenvolvidas através do Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo, com destaque para a construção de quatro centros de convenções.

Inclusão Socioeconômica – A incorporação de camadas menos favorecidas da população à dinâmica produtiva, a par de constituir prioridade da ação governamental no próximo quadriênio, guarda estreita relação com o adensamento da matriz econômica do Estado, na medida em que contribui para a geração de emprego e renda e fortalecimento do mercado local.

Essa linha de intervenção, refletindo a ênfase conferida aos aspectos sociais no planejamento para o próximo quadriênio, terá os seus resultados refletidos no programa Bahia UrGente: Políticas Assistenciais, Compensatórias e Emergenciais e absorverá recursos da ordem de R\$ 3,4 bilhões. Nesse montante, observa-se um predomínio dos recursos provindos de fontes extra-orçamentárias, responsáveis por 58,4% do total, em complementação aos 41,6% de recursos orçamentários.

Contando com quatro Programas: Gerando Negócios, Frutos da Terra, Terra para Plantar e Organizando a Produção, esta linha de intervenção concentra um montante expressivo de recursos em ações relativas aos projetos de irrigação de Salitre, Baixio de Irecê e Vale do Iuiú, dentre outros, propostos pelo Ministério da Integração Nacional e em ações dos projetos especiais do Governo Estadual, Cabra Forte, Terra Fértil e Flores da Bahia.

O Programa de maior peso dentro dessa linha de intervenção, com um investimento global previsto da ordem de R\$ 969,3 milhões, correspondendo a 7% do total de recursos orçamentários do PPA, é o Programa Gerando Negócios, que tem como objetivo promover a inclusão social das populações mais pobres. O estímulo virá de políticas de renda que deverão se concretizar em empreendimentos de médio e pequeno porte, com potencial de absorção de mão-de-obra, voltados para a produção de bens finais em áreas urbanas e rurais e capazes de explorar a sinergia entre os diferentes setores da atividade econômica.

As ações levarão em conta a complexidade que envolve o processo de formalização das empresas, a demanda por orientação em aspectos como segurança do trabalhador, questões trabalhistas, qualificação profissional, promoção de eventos, habilitação a créditos e financiamentos, além de capacitação em gestão tecnológica. Além disso, o Estado pretende apoiar o fortalecimento dos mecanismos de cooperação entre as empresas, que deverão buscar, através do associativismo, maiores possibilidades de sobrevivência e expansão, reduzindo, conseqüentemente, a queda da mortalidade dessas unidades. Além das empresas, os profissionais autônomos, inclusive artesãos, figuram entre o público beneficiário da atenção governamental.

A capacitação profissional, condição fundamental para a consecução desse Programa, abrangerá a qualificação e requalificação profissional de 394 mil trabalhadores, visando assegurar oportunidades de emprego nos diversos setores da economia. Terá assegurado, além disso, a expedição de 1,1 milhão de carteiras de trabalho e suas entidades sindicais contarão com apoio e orientação especializados.

No que se refere à questão do emprego, o Programa trabalha com a perspectiva de inserir 92 mil pessoas no mercado formal de trabalho, além de intermediar 380 mil trabalhadores



autônomos para colocação no mercado informal. Junto ao universo jovem, o projeto especial Primeiro Emprego prevê a inserção no mercado formal de trabalho de 26,9 mil jovens na faixa etária de 18 a 25 anos.

Atração e Fomento Empresarial – Diante da inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional, a Bahia, à semelhança de outras unidades da Federação, lançou mão, no período recente, de uma vigorosa política de concessão de incentivos fiscais e financeiros para a atração de investimentos. Com a perspectiva de restabelecimento de uma política regional e da implementação da reforma tributária, abre-se a possibilidade de que os Estados possam prescindir da “guerra fiscal” como instrumento prioritário de atração.

Independentemente dessa conjuntura, o Governo do Estado trabalha com a expectativa de ser instado a oferecer compensações para empresas que venham a se instalar em regiões que não atendam a requisitos como escala, aglomeração, oferta de mão-de-obra qualificada e infraestrutura. A política de incentivos, nesses casos, deverá compatibilizar-se com outras políticas oficiais, notadamente aquelas relacionadas à preservação do equilíbrio financeiro do Estado, ao combate à pobreza e à desconcentração regional da produção.

Para a execução dessa linha de intervenção, o Plano Plurianual projeta o investimento de recursos orçamentários da ordem de R\$ 677,4 milhões.

Concentrando 4,9% dos recursos orçamentários do PPA, o Programa Atrativos do Desenvolvimento traduz as políticas de incentivo e atração de investimentos que o Estado planeja colocar em prática no próximo quadriênio, objetivando atrair investimentos industriais, agroindustriais, minerais e de comércio, serviços e turismo, além do apoio a pequenos e médios empreendimentos, promoção e apoio a eventos e melhoria energética.

Através de linhas de crédito, o Governo do Estado aplicará recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico – Fundese, financiando 11.183 projetos para o desenvolvimento social e econômico do Estado e, em especial, àqueles que o estimulem ou promovam tais como: o Programa de Apoio a Projetos de Interesse Social – Papis, que visa estimular pessoas físicas, empresas, obras e serviços voltados à área social; o Programa de Investimentos para a Modernização da Agricultura Baiana – Agrinvest, objetivando fomentar ações que visem estimular, em padrões competitivos, o desenvolvimento dos setores agroindustrial e pesqueiro do Estado e propiciar o avanço do seu padrão tecnológico; o Programa de Promoção e Desenvolvimento da Bahia – Probahia, promovendo a diversificação de indústrias, complementando a matriz industrial, incentivando o aumento da capacidade tecnológica, da qualidade e produtividade dos bens e do parque industrial baiano; o Programa de Reaproveitamento, Ampliação e Construção de Unidades Industriais – Procin, financiando projetos para reaproveitamento de construção e instalação industriais no Estado; e o Programa de Defesa da Economia Baiana – Prodecon, que apoiará 2.556 projetos, visando atrair empreendimentos de interesse para a matriz industrial do Estado, fomentando a atividade econômica.